PARECER	:	**PAR-AUDITORIA-16810/2013**
PROCESSO TC/MS	:	**TC/6306/2013**
PROTOCOLO	:	**1414147**
ÓRGÃO	:	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARACOL - MS**
RESPONSÁVEL	:	**MARIA ODETH CONSTÂNCIA LEITE DOS SANTOS**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**EX-PREFEITA MUNICIPAL**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2012**
RELATOR	:	**MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/6306/2013, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARACOL – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade da ex-Prefeita Municipal, **MARIA ODETH CONSTÂNCIA LEITE DOS SANTOS**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14**

da LCE nº 160/2012.

3 – Preliminarmente, examinando os autos do processo verifica-se que a digna Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inicial de instrução processual **IMPROPRIEDADADES** e **IRREGULARIDADES**, as quais foram notificadas a ex-Prefeita Municipal visando o cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, oportunidade em que visando saná-las apresentou justificativas e documentos acostados à peça nº 35.

4 – A nobre Inspetoria de Controle Externo analisou as justificativas e os documentos apresentados no contraditório por meio da **ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-6ICE-17024/2013** acostada à peça nº 37, e considerou que as **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES** diligenciadas foram sanadas, **em parte**, permanecendo as transcritas, a seguir:

> *"a) Inconsistência entre o Balanço Orçamentário e as Alterações Orçamentárias;*
> *b) Ausência de implantação do Controle Interno."*

5 – Em face do exposto, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

> *"... somos de opinião que a presente Prestação de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Caracol/MS, relativo ao exercício de 2012, sob responsabilidade da Sra. Maria Odeth Constância Leite dos Santos, ex-Prefeita Municipal,* ***não oferece condições*** *satisfatória de receber Parecer Favorável a aprovação neta Corte de Contas"*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas Anuais de Gestão é necessário considerar neste Parecer, as **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcritas no **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, que em sua opinião são consideradas motivo para

denegar o julgamento destas Contas como **REGULAR**, sobre as quais esta Auditoria se manifesta na forma exposta, a seguir:

6.1 – *"a) Inconsistência entre o Balanço Orçamentário e as Alterações Orçamentárias"* – Examinando tal fato de acordo com os autos do processo constata-se que de acordo com os Decretos de Abertura de Créditos adicionais acostados à peça nº 16 foram aberto no créditos adicionais no exercício no montante de R$ 334.213,72, sendo que R$ 22.480,00 deu-se por conta da fonte de recurso e **superávit financeiro** e R$ 6.933,00 por conta da fonte de recursos de **anulação de dotação orçamentária de outros órgãos do orçamento para o Fundo**, evidenciando desta forma que a despesa autorizada para o Fundo é de R$ 872.339,00, a qual não condiz com a registrada no Balanço Orçamentário acostado à peça nº 4, que registra o valor de R$ 876.589,00, portanto gerando um diferença de R$ 4.250,00, razão pela qual esta Auditoria ratifica tal **IRREGULARIDADE** levantada pela digna Inspetoria de Controle Externo e, sobretudo, por evidenciar infringência do **art. 102** da Lei Federal nº

4.320/1964, por deixar de demonstrar adequadamente os registro contábeis do referido Balanço Orçamentário.

6.2 – *"b) Ausência de implantação do Controle Interno"* – Esta Auditoria não ratifica a procedência desta **IMPROPRIEDADE**, por entender que a obrigatoriedade de instituir o **Sistema de Controle Interno** não é competência do Fundo, mas sim do **Poder Executivo Municipal**, de acordo com o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988, na forma da Lei, o qual conforme justificativa acostada à peça 33 até a presente data não foi instituído.

7 – Dando prosseguimento ao exame destas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

7.1 – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35/2011

7.1.1 – Cumprimento do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 2.1** do **Item 2** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas

Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

7.1.2 – Cumprimento da **letra "B"** do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme constatado no contexto geral das peças acostadas aos autos do processo, ressaltando que a não apresentação da peça inerente ao **item 3 (Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno sobre as contas)**, não foi apresentado em função do Município não ter até a presente data instituído o Sistema de Controle Interno, conforme justificativa acostada à peça 33.

7.2 – DO ORÇAMENTO

7.2.1 – A Lei Municipal nº 607/2011 - LOA autorizou para o Fundo **créditos orçamentários** na ordem de R$ 842.926,00, conforme visto na **ANÁLISE CONCLUSIVA ANC-6ICE-17024/2013** acostada à peça nº 37.

7.3 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 – LRF

7.3.1 – Cumprimento do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, por dar **transparência** e **publicidade** destas Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

7.4 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964 E PORTARIA Nº 42/1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163/2001 DO MF E MPOG

7.4.1 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

7.4.1.1 – Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pela Prefeita Municipal acostado à peça nº 16, alterando o Orçamento do Fundo para R$ 872.339,00, o que não condiz com a despesa autorizada registrada no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 10 e no Anexo 12 - Balanço Orçamentário acostado à peça nº 4, que registram o valor de R$ 876.589,00.

7.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

7.4.2.1 – Cumprimento do disposto nos **§§ 1º, 2º** e **4º** do **art. 11** e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG, por apresentar a **classificação econômica da receita orçamentária** de conformidade com as citadas normas legais, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado à peça nº 9, o qual evidencia receita orçada de R$ 300.331,00 e realizada na ordem de R$ 363.236,98.

7.4.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.4.3.1 – Cumprimento do disposto no **art. 12**, bem como da Portaria nº 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG, por apresentar a classificação da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 10, o qual demonstra despesa autorizada de R$ 876.589,00 e empenhada na ordem de R$ 860.027,56, todavia, a despesa autorizada diverge da constatada com os créditos adicionais acostada à peça nº 16, que se considerados

perfazem o total de R$ 872.339,00.

7.4.4 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.4.4.1 – Cumprimento dos **arts. 103** a **105**, por elaborar o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 5; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 6 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça 7 e **não cumprimento** do **art. 102**, por elaborar o Anexo 12 – Balanço Orçamentário acostado à peça nº 5 em **desacordo** com as suas disposições pelas razões expostas no **subitem 6.1** do **item 6** deste Parecer.

7.5 – DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.5.1 – Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal de 1988, por ter depositado as disponibilidades de caixa do Fundo em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 14.

8 – A AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle

externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

9 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo ficou constatado que a presente Prestação de Contas Anuais de Gestão **foi elaborada** em desacordo a vigente ordem legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública, pelas razões expostas no **subitem 6.1 "a"** do **item 6** e **subitens 7.4.3.1** e **7.4.4.1** do **item 7** da **PARTE II EXAME DE AUDITORIA**, razões pelas quais esta Auditoria, conclusivamente, **opina**:

9.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso III** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **IRREGULAR** a **PRESTAÇÃO**

DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARACOL – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade da ex-Prefeita Municipal, **MARIA ODETH CONSTÂNCIA LEITE DOS SANTOS.**

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no **exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida**, ficando, assim, portanto, **ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades** porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 26 de novembro de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

magl